



Mulher, Analfabetismo e Política

Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, em agosto de 1998, existem no país 8.524.450 eleitores analfabetos e na categoria "lê e escreve" temos ainda 24.654.713 eleitores. Homens analfabetos são 17.179.815 e as mulheres 15.975.138. A professora Lúcia Avelar, de Ciências Políticas, da Universidade de Brasília, destaca que no final do século, alguns candi-



mujer fempress nº 159

dados sequer colocam na sua agenda de ações políticas investimentos nesse segmento de mulheres. E segundo a professora é ainda mais surpreendente que as mulheres candidatas não levam a sério esse arsenal de votos. "Uma mulher política que defenda os direitos mínimos de incorporação dessas mulheres ao mundo da escrita estará realizando um dos trabalhos políticos da maior modernidade", garante. (Pags 6 e 7).



Arquivo CFEMEA

Atrizes Ingra Liberato e Patrícia de Sabrit no lançamento da Campanha

CFEMEA Lança Campanha Publicitária

No dia 17 de setembro o CFEMEA lançou, em São Paulo, na Cervejaria Dado Bier, a campanha "Direitos das Mulheres". Compareceram à festa atrizes como Ingra Liberato e Patrícia de Sabrit, feministas e políticos. As camisetas da campanha com os dizeres "Direitos das Mulheres" já começam a ser comercializadas. O vídeo da campanha já está sendo veiculado nas emissoras de TV. (Pag. 8)

ONG Feminista Ganha Prêmio Cláudia

A ONG pernambucana "CAIS do Parto" que trabalha com direitos reprodutivos e sexuais, enfocando a gestação e humanização do parto e do nascimento ganhou o prêmio Cláudia. O "CAIS do Parto" estava entre as 5 indicadas para a premiação. A ONG realiza um trabalho de capacitação com as parteiras tradicionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Ao todo o CAIS já capacitou cerca de 4 mil parteiras.

O trabalho da ONG não é apenas de treinamento e adequação de métodos de higiene e instrumentalização das parteiras. Procura, também, resgatar a consciência de classe e gênero, a partir de uma metodologia inovadora e multidisciplinar. Este ano o CAIS passou a coordenar a nível estadual, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos que dá subsídios para se discutir a questão de gênero junto às parteiras. (Pag. 8)

3 Violência e Mulher

5 Aborto Legal

9 MAMA

Editorial

Comemoramos a chegada da primavera com festa. Lançamos a campanha publicitária do CFEMEA, em São Paulo. Aos poucos estamos começando a vender as camisetas "Direitos das Mulheres" que já estão disponíveis em algumas lojas de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. De nossa parte continuamos trabalhando para popularizar a campanha através de palestras e debates. E nesta edição não poderia faltar o nosso protesto contra a cena que deu ponto para o Ibope: a briga entre "Sandrinha" (Adriana Esteves) e "Alexandre" (Marcos Palmeira) da novela "Torre de Babel" da Rede Globo. Uma situação explícita de violência contra a mulher. E mais protesto. O caso da menina de Israelândia que enfrentou a hipocrisia de vários setores da sociedade para realizar um aborto. Enquanto o governo brasileiro não regularizar definitivamente a realização do aborto legal em todos os hospitais da rede pública as mulheres continuarão à mercê de abortos clandestinos correndo risco de vida.

Dando continuidade aos nossos artigos sobre Eleições 98, abordamos a questão do analfabetismo das mulheres nas eleições. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral hoje existem cerca de 16 mil mulheres analfabetas no País, que se transformam em massa de manobra dos candidatos populistas. E segundo Lúcia Avelar, professora de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, algumas candidatas mulheres sequer colocam na sua agenda de ações políticas, investimentos de retorno nesse segmento de mulheres.

Finalizando, damos os parabéns para a ONG "CAIS do Parto" que trabalha com direitos reprodutivos e sexuais e ganhou o Prêmio Cláudia.

Consulta nacional sobre saúde



mulher fempres nº 184/185

A RedeSaúde, em parceria com a Redeh, SOS Corpo e Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde está promovendo uma "Consulta Nacional" sobre experiências relevantes na área de saúde e dos direitos reprodutivos e sexuais. A divulgação da "Consulta" está sendo feita através de correio, spots para rádio e correio eletrônico.

A proposta do projeto "Cairo - Brasil" é sistematizar experiências inovadoras e bem sucedidas que contemplem as recomendações do Plano de Ação de Cairo. O cadastro de experiências proporcionará maior visibilidade ao conjunto de trabalhos desenvolvidos no país e poderá potencializar relações e

parcerias entre as diversas organizações que atuam no campo dos direitos reprodutivos. As experiências selecionadas serão organizadas e disponibilizadas, em versões em português e inglês, através de um site na Internet e de uma publicação contendo as principais experiências brasileiras na área de saúde e direitos reprodutivos que será levada ao Fórum de Haia.

Poderão participar da "Consulta" organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e ONGs que tenham desenvolvido nos últimos 5 anos projetos e experiências com os seguintes enfoques: promoção da cidadania da mulher em todas as fases de sua vida, promoção dos direitos reprodutivos e direitos sexuais e promoção da participação das mulheres em instâncias de controle social. Informações: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. fone (011) 814-4970.

O negro no Brasil

A pesquisa sobre o negro no Brasil - 10º Concurso de Dotações - destina-se a financiar projetos que ampliem os conhecimentos sobre a experiência histórica, social e cultural do negro e as relações raciais entre negros e brancos no Brasil, com ênfase nos temas das desigualdades raciais e ascensão social. O concurso está aberto a projetos nas áreas de sociologia, ciência política, história, comunicação, direito, administração, economia, educação e letras, de pesquisadores residentes no Brasil. Serão selecionados até oito projetos. Haverá duas modalidades de dotações: tipo "A", destinada a pesquisadores com doutorado ou nível equivalente,

com limite máximo de pedidos de R\$5.500,00, e tipo "B", destinada a pesquisadores juniores, com limite máximo de pedidos de R\$3.500,00. Os recursos serão liberados em três parcelas.

Não poderão concorrer candidatos que tenham sido contemplados com dotações no concurso anterior. A data final para o envio das propostas é até 30 de novembro. Maiores informações pelos telefones (021)531-2000, ramal 259 ou 531-2636.



mulher fempres especial



CFEMEA
CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS
E ASSESSORIA

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, 70718-900, Brasília-DF - Brasil
Telefone: (061) 328-1664 - Fax: (061) 328-2336
E-Mail: cfemea@tba.com.br

Home Page: <http://www.tba.com.br/pages/cfemea>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe Responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes e Sônia Malheiros Miguel
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Maria Elvira, Marilu Guimarães, Marta Suplicy, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, Fernando Lira, José Genoino, Miguel Rossato, Miro Teixeira, Régis de Oliveira. Senadoras Benedita da Silva, Emília Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire.
Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barneiros, Flórida Verucci, Helelieth Saffioli, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa,

Marah Régia, Margareth Aritha, Maria Amélia Teles, Maria Aparecida Shumaker, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Villaça, Denise Dourado Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliano, Sílvia Pimentel, Vera Soares
Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Cláudia Almeida Teixeira, Cosmo Ribeiro de Sousa, Edna Maria Cristina Santos, Gilda Barbosa Cabral de Araújo, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.

Assessoras Parlamentares: Alice Libardoni, Dyana Yzabel Azevedo Dias.

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante e Cosmo Ribeiro de Sousa.

Impressão: Athalaia Gráfica e Editora Ltda - Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.



“Não te mete que é briga de família”

Marta Simone Silva do Carmo

Foi com essa frase que um dos personagens da atual novela das oito da Rede Globo (“Torre de Babel” – capítulo do dia 21/09) impediu que as pessoas intervissem na terrível briga que se estabeleceu entre “Sandrinha” (Adriana Esteves) e “Alexandre” (Marcos Palmeira) na grande festa oferecida por “Bina” (Cláudia Jimenez). Assim, todos os convidados presenciaram, sem nada fazer, como se fosse algo normal, a surra (agressão física) dada por Alexandre na Sandrinha ao descobrir que ela o tinha traído.

Ora, é de causar espanto e indignação que, em pleno fim do século vinte, as pessoas ditas civilizadas achem normal que os veículos de comunicação reforcem a idéia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, justificando assim, a violência contra as mulheres cometida por seus maridos, companheiros, namorados, sempre considerada como uma resposta bem merecida contra a mulher que traiu. E eu lhes pergunto: E ao homem que traiu sua mulher, companheira, namorada? Qual a resposta que justifica a traição de um homem? Respondam-me qualquer coisa menos a de que “isso é coisa normal, homem

“Ah, mas ela mereceu apanhar ou até mesmo morrer”. E eu mais uma vez me pergunto: Onde estão os direitos humanos? Onde está a sociedade civilizada? Alguma coisa justifica a violência? Algum motivo? Talvez o preconceito e a discriminação.

Esta mesma novela acima citada em vários momentos mostrou cenas em que o preconceito contra a mulher era explícito, como por exemplo, todas as vezes em que o personagem “Clementino” (Tony Ramos) fala da mulher que ele assassinou brutalmente, sempre se refere a ela como algo ruim, que não prestava por isso ele “perdeu a cabeça” e a matou. A filha que ele não gosta é a filha que tem o mesmo “gênio da mãe”. Ora, o tempo inteiro as falas do personagem são falas que tentam justificar o porquê dele ter assassinado a própria mulher. E sempre mostrando ele como um coitado, um homem que foi enganado, traído, portanto, “precisa de consolo e carinho” e logo tratam de lhe ar-

mos avançado constitucionalmente (a Constituição garante a igualdade entre homens e mulheres), ainda não avançamos na mudança dos valores que continuam beneficiando o homem em detrimento da mulher.

Não podemos admitir que o respeito à privacidade familiar seja desculpa para que as pessoas não interfiram. Se, naquele espaço, estiverem sendo violados os direitos humanos – e bater em mulher, seja por qualquer motivo, é uma violação aos direitos humanos – devemos interferir sim, e contribuir para que aquela violência não continue.

Cada um de nós é um pouco responsável pela construção de relações mais saudáveis entre homens e mulheres, onde a violência não seja a principal linguagem. Devemos agir para diminuir a violência e não estimulá-la. ☒

Marta Simone Silva do Carmo – advogada.



uma nova parceira, afinal de contas ele está “fragilizado”.

A história sempre se repete: a mulher sofre a condenação moral (como ela pôde trair?), mesmo depois de ter sido morta pelo próprio marido, enquanto que o homem tem absolvição moral (ele bateu, porque ela mereceu). Realmente é de causar espanto que em 1998, no ano em que se desenvolveu em âmbito mundial a Campanha pelos Direitos Humanos das Mulheres no marco do *cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos* e dos cinco anos da *Declaração de Viena*, que reconheceu que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a violência contra a mulher é uma *violação aos direitos humanos*, ainda se tenham cenas tão chocantes quanto esta novela Torre de Babel. Isto mostra que, apesar de ter-

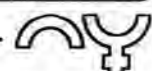
é assim mesmo, não pode ver um rabo de saia, mas no fundo ele gosta mesmo é da sua mulher”.

Só existe uma resposta para isso: o *machismo*, que perdoo a traição do homem e jamais a traição de uma mulher. E, com esse argumento, ao longo dos anos mulheres vem sendo espancadas, violentadas e mesmo assassinadas e o mais absurdo de tudo isso – sob o manto da normalidade e da impunidade. As pessoas acham normal e até justificam a violência que cometeram com a frase

Tendo em vista o capítulo da novela Torre de Babel em que a personagem Sandrinha (interpretada por Adriana Esteves) apanhou do marido em uma festa, a Themis - Assessoria Jurídica Estudos de Gênero-juntamente com outras entidades feministas, estará, nos próximos, dias, enviando uma carta à Rede Globo, solicitando uma reunião com as referidas entidades para tratar do tema “violência contra as mulheres” naquele veículo de comunicação. A iniciativa visa criar uma nova forma de lidar com a violência, pois os canais de televisão são importantes para divulgar os direitos das mulheres e mostrar que é possível viver relações respeitadas entre homens e mulheres.

A referida carta condena que se utilize uma cena de violência para aumentar o ibope da novela e sugere novo tratamento ao tema. A idéia é que a Rede Globo se sensibilize com a violência que é praticada contra as mulheres e se engaje na Campanha Nacional “Uma Vida sem Violência é um Direito Nosso”, promovida pelas agências das Nações Unidas, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, ONGs, e outras entidades.

mulher fempress n° 89



Direitos humanos das mulheres

O CFEMEA realizou, nos dias 23, 24 e 25 de setembro, três palestras sobre direitos humanos, num dos principais shoppings de Brasília, o Conjunto Nacional. Este evento serviu para popularizar o tema sobre Direitos Humanos das Mulheres em diversos locais públicos da cidade, principalmente neste ano quando se comemora os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também divulgar a campanha publicitária do

mara Federal e Assembléia Distrital. A palestra "Mulher na Política" foi apresentada pela professora de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, Lúcia Avelar. Todas as participantes receberam a camiseta da campanha "Direitos das Mulheres" do CFEMEA. Durante a palestra a professora Lúcia Avelar destacou a necessidade das mulheres participarem cada vez mais da disputa política que ainda hoje é dominada pelos ho-

o tema fosse discutido em vários outros locais públicos da cidade. Rosângela Cruz, do PSL, disputa pela primeira vez uma eleição para deputada distrital e ressaltou durante o debate que as próprias mulheres se discriminam numa disputa política.

No dia 24, o debate foi sobre os Direitos Humanos e violência contra a mulher, com a participação de Deborah Menezes, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e da professora de Psicologia da Universidade de Brasília, Gláucia Diniz. No dia 25 foi a vez da psicóloga Valéria Brito e da socióloga Almira Rodrigues falarem sobre sexualidade. O público não se intimidou em falar sobre masturbação, abuso sexual, prostituição infantil e AIDS. Fernanda Pimentel, 23 anos, professora da rede de ensino público da zona rural achou a palestra sobre sexualidade muito importante. "Eu estava angustiada há algum tempo sobre as crianças que estavam começando a se masturbar na escola. Na palestra consegui alguns esclarecimentos que me aliviaram. É um pouco que ajuda muito". E o Alessandro Furtado, 24 anos, vigilante em Águas Lindas, Goiás, achou o debate sobre violência contra a mulher muito proveitoso, "principalmente prá nós de baixa renda que não temos acesso à esse tipo de informação. Compareci nos dois dias com minha esposa e ficamos impressionados com os dados de violência contra a mulher. Acho que o shopping acertou na idéia de não só vender, mas oferecer informações ao público", destacou. ☒



A advogada Iáris Ramalho Cortês, do CFEMEA, durante palestra no Conjunto Nacional.

CFEMEA enfocando os *Direitos das Mulheres*. Até o momento o CFEMEA abordou o tema em dois shoppings e no Hospital Público de Planaltina, reunindo ao todo cerca de 300 pessoas, que pela primeira vez tiveram oportunidade de debater o assunto. Outras atividades serão realizadas em universidades.

No Conjunto Nacional o CFEMEA organizou um debate com mais de 50 candidatas mulheres de Brasília que estavam disputando uma vaga para a Câ-

mens. Fez um breve relato histórico da participação da mulher brasileira na política e chamou a atenção das candidatas para a importância de se criar um fundo com o objetivo de financiar campanhas de candidatas mulheres, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos. A professora Lúcia Licone, única candidata do PSB, que disputou uma vaga na Assembléia Distrital, disse que foi a primeira vez que teve a chance de participar de um debate sobre a mulher na política e sugeriu que

Direitos humanos e cidadania

Gláucia R. S. Diniz

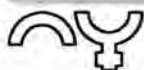
A Campanha pelos Direitos Humanos das Mulheres é, além de um instrumento político na luta pela inclusão dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos, um veículo de conscientização, educação e divulgação de questões fundamentais para a ampliação da cidadania das mulheres.

Os olhares atentos, o interesse e a avidez para saber mais de muitas mulheres e alguns homens que participaram de palestras sobre este movimento em locais populares como o Conjunto Nacional e o Hospital Regional de Planaltina me convenceram que esta e outras campanhas têm o papel de catalisadores de mudança, ao promoverem uma reflexão sobre temas que passam despercebidos no cotidiano dessas pessoas. Ousaria dizer, ainda, que estas

atividades "personalizam" temas como violência, a mudança nos papéis dos homens e das mulheres, a sexualidade, as relações interpessoais, a saúde física e mental, etc... Nestas palestras, estes assuntos deixam de ser apenas "notícias" do jornal e da televisão para adquirirem ressonância na experiência de vida de cada uma das pessoas presentes.

Partindo do pressuposto que o exercício pleno da cidadania implica, dentre outras coisas, no acesso à informação, e considerando que grande parte das mulheres desconhecem seus direitos, acredito ser de fundamental importância que esta campanha chegue até os mais diversos espaços e camadas da população.

Gláucia R. S. Diniz - psicóloga, professora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da UnB e conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher do DF.



Menina de Israelândia

Gelva Costa

A família de C.B.S., 10 anos, viu sua vida se transformar a partir do momento em que foi constatada a gravidez da filha – vítima há três anos de abuso sexual, praticado por vizinhos. O pai da menina teve o firme propósito de não levar adiante aquela gravidez. Mal ele sabia que sua decisão iria provocar tantas interferências: igreja, justiça, imprensa, órgão de saúde, enfim, cada um tinha uma opinião sobre o assunto. Acirrada então a polêmica: abortar ou não abortar. O caso mobilizou os veículos de comunicação e acabou submetendo toda a família a uma brutal exposição.

No caso de C.B.S., a preocupação em saber as razões que levaram aquela família a optar pelo aborto quase não existiu. Pouca gente se preocupou em saber se a menina e sua família necessitariam de um apoio psicológico, social, econômico, depois que tiveram suas vidas reviradas. As pessoas estavam mais preocupadas em polemizar o assunto e aparecerem na mídia, como formadoras de opinião. Aproveitaram da repercussão do caso, inclusive, gente que aparentemente estava do lado da família.

Toda essa polêmica em cima de um caso que poderia ser resolvido de forma muito mais simples (sem haver julgamento de valores) só aconteceu porque a família de C.B.S. é pobre e não dispõe de muitas informações sobre o assunto. A invasão na vida privada aconteceu sem pudor, ética e respeito à vida dos seres humanos ali envolvidos.

A história sobre o aborto não é recente, muito menos simples. Foi sempre marcada por muito preconceito, com alguns avanços e recuos no que se refere a despenalização do aborto. O caso C.B.S. veio reacender algo que parecia já saturado: o artigo 128 do Código Penal, de 1940, diz que no caso de estupro e risco de vida para a mulher, a interrupção da gravidez é permitida. Juristas, feministas, médicos, imprensa e sociedade em geral vivenciaram o debate acerca do assunto. Personalidades políticas importantes já se pronunciaram sobre o assunto, dizendo não haver polêmica no artigo 128.

Destacamos na história de C.B.S., a omissão dos organismos públicos de saúde. Em Goiânia, o serviço de Aborto Legal só não aconteceu devido à pressão da Igreja Católica, que condena arduamente este tipo de serviço, sem considerar qualquer contexto. O serviço público de saúde não é capaz de atender uma reivindicação, comprovadamente pertinente de saúde pública.

Além do aborto, a história de C.B.S. reacende um outro tema, igualmente sério, e que merece ser debatido e colocado às claras: a violência sexual con-

tra crianças e adolescentes. Este fato ocorre cotidianamente (os números são assustadores) e a sociedade só se sensibiliza quando os casos viram dramas humanos e são expostos na imprensa.

Em todos esses casos – de aborto e violência sexual contra crianças e adolescentes – prevalece a omissão. Todo mundo quer lavar as mãos (principalmente os órgãos públicos de saúde). Até quando vamos ter que conviver com esta hipocrisia?

Gelva Costa – Assistente Social do Grupo Transas do Corpo.

Carta ao Ministro da Saúde

Ao Exmo. Sr. Ministro José Serra,

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, articulação de mulheres pela saúde, que reúne 120 organizações feministas em todo o país, vem manifestar sua profunda perplexidade em relação ao silêncio do Ministério da Saúde frente ao caso da menina C.B.S. de Israelândia, de 10 anos, autorizada a interromper a gravidez por ter sido estuprada.

Previsto pelo Código Penal desde 1940, o direito de decidir sobre um aborto em caso de estupro ou de risco de vida da gestante está cerceado, na prática, pela dificuldade de acesso a hospitais públicos que realizem a interrupção da gravidez. No Brasil, apenas sete cidades contam com atendimento ao aborto legal, em sua maioria regulamentado através de portaria e decreto-lei de governos locais. No caso da menina C.B.S., de Israelândia, a desassistência e o desamparo impuseram a uma criança de 10 anos de idade e a seus familiares uma série de obstáculos e constrangimentos que ferem a dignidade humana. É triste observar que a omissão do executivo pode possibilitar toda ordem de abuso e desrespeito a um direito de cidadania, que os desassistidos tornam-se presas fáceis de assistencialistas, fanáticos e de alguns segmentos da mídia, mestres em transformar tragédias em espetáculo.

Entendemos que a normatização pelo Ministério da Saúde dos serviços de aborto previsto por lei através do SUS representa uma iniciativa imprescindível no sentido de garantir direitos adquiridos pelas mulheres brasileiras há 58 anos. A normatização em questão irá resgatar a dignidade de mulheres carentes que, em face de uma gravidez decorrente de estupro, se vêem sujeitas ao risco da prática clandestina de abortos mal-sucedidos ou a uma maternidade que as condena à convivência com a violência de que foram vítimas. A não normatização pelo Ministério dos serviços de aborto previsto por lei contraria profundamente os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência de Desenvolvimento e População do Cairo, em 1994, e na Conferência Mundial da Mulher de Pequim, em 1995, ambas convocadas pelas Nações Unidas. Dessa forma, vimos solicitar ao excelentíssimo Ministro sua especial atenção no sentido de que seja definida urgentemente uma rotina para o atendimento ao aborto previsto em lei, através do SUS, em todo o país.

Atenciosamente,

Dra. Maria José de Oliveira Araújo
Secretária Executiva da Rede Nacional
Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

C/C: Coordenação de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, CISMU, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



Mulher, analfabetismo e política

Lúcia Avelar

A motivação para tratarmos do tema acima encontra-se na raiz dos agudos problemas sociais no segmento da população analfabeta, e, mais particularmente, entre mulheres analfabetas. Sem deixarmos de considerar que a situação de vida para homens e mulheres sem alfabetização é difícil em todos os sentidos, preocupa-nos o fato de que, esse contingente numeroso é, antes de tudo, massa de manobra dos candidatos de irremediável estilo populista.

categoria “lê e escreve”, temos mais 24.654.713 eleitores. Homens analfabetos ou semi-analfabetos são 17.179.815 e as mulheres são 15.975.138. Pesquisa recente do IBGE, divulgada também em agosto último, nos informa que entre os que lêem e escrevem, na verdade, só sabem escrever o próprio nome e ler poucas frases. Das perguntas elementares que lhes foram apresentadas so-

tidiana, o que fica claro é o isolamento, o desinteresse e o ceticismo: “eles, os políticos, só aparecem na época de eleições, depois, some”, me dizia uma eleitora analfabeta. Como importante arsenal de votos, as promessas lhe são feitas à larga. O desinteresse e a desinformação, além de uma vida distante dos que desfrutam da cultura escrita, dificultam até mesmo a sua integração nos movimentos coletivos de defesa de seus próprios interesses. Como mostram todos os dados sobre associativismo em pesquisa recente do IBGE, a participação na vida associativa é própria dos escolarizados, de modo que a taxa de participação dos indivíduos analfabetos não chega a 4%. Na experiência recente de organização da sociedade brasileira, com saudáveis expressões do corporativismo social na defesa de interesses coletivos, mais uma vez essa é uma realidade para os mais instruídos. Só nas associações de moradores é que a participação é inversamente proporcional ao nível de escolaridade, o que nos leva a concluir que o alheamento, a desinformação e a desorganização, são as suas principais características.

“Vou votá com uma cola” me dizia a eleitora analfabeta de 43 anos, na melhor expressão do que entendemos por voto de deferência. Sua única preocupação era a de “votar certo”, isto é, levando o papelzinho que a sua patroa lhe prepara, chegar lá e copiar tudo direito. Na falta de uma consciência de defesa de seus interesses, delega aos outros a decisão do seu voto. Nos municípios menores tal atitude é ainda mais comum. Nos maiores centros urbanos, a volatilidade do voto desse numeroso segmento, decorre de fatores imprevisíveis pois nunca se sabe quais os apelos que, naquele momento, lhe parecem resolver os seus problemas mais imediatos.

Entrevistando eleitoras analfabetas nas últimas semanas, eu ouvi: “eu sempre votei em quem ele me aconselhava”, ou, então, “num sei o que é partido, disso eu num entendo nada”; “as eleição não faz nenhuma diferença na minha vida”; “tem vereadô que ajuda a gente, dá material, cimento, brita — passou eleição, some, é só nessa época”; “num sei o que é esquerda/direita não; nem sindicato”.



maior fempress nº 192

O mundo político é um mundo dos alfabetizados. O analfabeto, mesmo se incorporado à política pelo direito ao voto, a sua situação real é de marginalidade em relação ao consumo, à vida social, à cultura e propriedade. Cruzar a fronteira que o separa do mundo dos estudados só lhe será possível no intervalo de gerações, quando seus descendentes conseguirem superar os obstáculos que os isolam e os silenciam.

No relatório do Tribunal Superior Eleitoral de agosto passado, lemos que na categoria de analfabetos temos 8.500.240 eleitores, e classificados na

bre textos ou questões numéricas, não conseguiram dar resposta alguma. E, menos ainda, não conseguem consultar e interpretar um boletim eleitoral. No total são 33 milhões de eleitores analfabetos e semi-analfabetos expostos às muito eficientes campanhas eleitorais que, antes, lhes ouvem através das pesquisas de opinião e depois, incorporam seus anseios nas mensagens dos candidatos. Sem sombra de dúvida não desfrutamos de uma situação ética confortável diante dessa realidade.

Se descemos da realidade estatística e indagamos sobre a sua realidade quo-



Essas mulheres são mães. A situação de marginalidade tem sérios impactos na vida do país: as proles são pouco saudáveis e as dificuldades dos filhos na escola são até previsíveis. Muito se tem falado da eficiência dos investimentos públicos na educação de mães de baixa escolaridade para que assimilem princípios de saúde e higiene e valorizem a educação, incentivando seus filhos na escola. Contudo, até agora, não há políticas deliberadas para o combate ao analfabetismo dos adultos. O que ocorre então é que, não lhes bastasse a vida pobre e marginal, pesa sobre os ombros dessas mães, a reprodução do círculo vicioso da pobreza: os filhos de mães analfabetas não terão um destino muito melhor do que o delas.

Impressiona, ainda, ao apagar das luzes de século vinte, que alguns candidatos sequer coloquem na sua agenda real de ações políticas, os investimentos de alto retorno nesse segmento de mulheres. Mais surpreendente ainda é que as mulheres candidatas não levem a sério esse precioso arsenal de votos, tornando real a ligação entre eleitoras e representante. Uma mulher política que defenda os direitos mínimos de incorporação dessas mulheres ao mundo da escrita, estará realizando um dos trabalhos políticos da maior modernidade. Não é por outra razão que a revista *Times* denominou Marina Silva, a Senadora do Acre, analfabeta até os 16 anos, como a política do futuro. Ela representa o verdadeiro resgate cultural e político das camadas negligenciadas pelo mercado e pelas elites.

Quem sabe, redobrando os nossos esforços nesse período eleitoral possamos conduzir representantes verdadeiramente comprometidas com a democracia social do país. É por isto que torcemos por algumas candidaturas femininas: as que vêm com um compromisso genuíno de melhorar a redistribuição de renda no país. E há algumas delas das quais podemos nos orgulhar. Há um importante contingente feminino que vem crescendo na representação política e no compromisso de um real desenvolvimento do país. Estão aí os números sobre a situação das mulheres na elite política do país que não nos deixam mentir. ☒

Lúcia Avelar - Doutora em Ciência Política, professora de Ciência Política da UnB e autora do livro "2º eleitorado e mulheres na elite política brasileira".

As Mulheres no Congresso

O INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) uma ONG, com sede em Brasília, que atua no Congresso Nacional, realizando um acompanhamento em diversas áreas junto aos Deputados e Senadores, organizou um estudo referente ao quadro partidário do futuro Congresso. O estudo foi feito baseado em cruzamentos de avaliações com informações de parlamentares de cada Estado, da Imprensa regional e na análise das estruturas dos partidos.

Em relação à representação das mulheres no Congresso Nacional, o estudo concluiu que a bancada feminina vai diminuir. Ressaltou que as mulheres com maiores possibilidades na eleição para a Câmara Federal estão divididas em proporções quase iguais, entre aquelas beneficiárias do prestígio dos maridos ou pais - em regra filiadas a partidos governistas - e as militantes de esquerda, sobretudo do PT e do PC do B. É verdade que nos últimos anos várias mulheres originárias de esquemas oligárquicos conseguiram conquistar autonomia em relação às carreiras dos maridos e já se reelegem com o prestígio pessoal mas, na área conservadora, a regra, para a viabilidade eleitoral na primeira eleição, continua sendo o parentesco.

Na esquerda, os esforços de ampliação da representação feminina são tolhidos pela retração do movimento social e da luta política em geral, que na década de 70 revelou muitas das lideranças das mulheres que se mantêm atuantes.

Salvo fenômenos que venham a ocorrer na fase final da campanha, continuarão sem representação feminina os Estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Roraima e Paraná.

O Norte e o Centro-Oeste, as duas regiões de menor densidade eleitoral, devem continuar como as de maior representação feminina, em termos proporcionais (15,1% e 17,0%, respectivamente, na atual legislatura). O Nordeste, com um total de 151 deputados, pode ter sua representação de mulheres reduzida para duas ou no máximo até cinco. O que chama atenção, no caso nordestino, é o contraste entre essa baixa representação no Congresso e o fato de a região haver sido palco, nas duas últimas décadas, de alguns fenômenos políticos expressivos, como a eleição da primeira mulher prefeita de capital (Maria Luiza Fontenelle, de Fortaleza, em 1985), da primeira governadora escolhida pelo voto direto (Roseana Sarney, do Maranhão, em 1994), e de dezenas de prefeitas do interior. Além de Fortaleza, já foram - ou estão sendo - dirigidas por mulheres, nos últimos 10 anos, Salvador (Lidice da Mata, do PSDB), São Luiz (Conceição Andrade, do PSB), Natal (Wilma Maia, do PSB) e Maceió (Kátia Born, do PSB).

O Quadro Partidário na Câmara

Na Câmara, a atual base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso - formada pelo PFL, PSDB, PMDB, PPB e PTB - sofrerá perdas que, no conjunto, podem ser até pequenas, mas que tendem a se tornar frustrantes para o PSDB. Esse partido, que é o segundo maior da Casa, com 94 integrantes, e que teve planos de chegar aos 140, pode cair para cerca de 80, sendo suplantado pelo PMDB, que hoje reúne 88 representantes. A competição entre peemedebistas e tucanos dá-se sob previsão de bancadas entre 80 e 90 integrantes. Mesmo que o PMDB fique abaixo do PFL, não se pode excluir a possibilidade de recondução do peemedebista Michel Temer para a Presidência da Câmara, num acordo partidário que permitiria, também, a reeleição do pefelista Antônio Carlos Magalhães, no Senado. Confirmadas as atuais avaliações, o PFL deve consolidar-se como o maior partido da Casa, ainda que venha a sofrer algumas baixas na sua atual representação de 111 membros. O PPB de Maluf cairá dos atuais 78 para uma faixa de 60 a 68 integrantes. O PTB tem potencial de crescimento, de 22 para 25 a 30 representantes.

CAIS do Parto ganha prêmio Cláudia

A ONG pernambucana CAIS do Parto, que trabalha com direitos reprodutivos e sexuais, enfocando a gestação e humanização do parto e do nascimento, está entre as cinco indicadas para o Prêmio Cláudia, realizado pela revista feminina de mesmo nome.

Criado em 1996, o Prêmio Cláudia busca promover o reconhecimento do trabalho de mulheres e organizações femininas que atuam nas mais diversas áreas, mas com um mesmo objetivo: mudar a sociedade com soluções originais.

Anualmente, Cláudia premia as cinco "Mulheres do Ano", escolhidas entre 50 candidatas indicadas por formadores de opinião, organizações governamentais e não-governamentais e entidades da sociedade civil de todo o País.

A expectativa fica por conta da vencedora do "Grande Prêmio". A escolhida receberá um troféu e a importância de vinte mil reais. Às outras quatro serão entregues troféus e cinco mil reais. A entrega do prêmio será no Hotel Transamérica, em São Paulo.

O QUE É O CAIS DO PARTO

CAIS do Parto, Centro Ativo de Integração do Ser, é uma organização não-governamental, criada em 1991. Ao longo dos seus sete anos de existência, o CAIS, como é mais conhecida, desenvolve um trabalho de capacitação com as parteiras tradicionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Ao todo o CAIS já capacitou cerca de quatro mil parteiras. Mas, o trabalho está apenas começando, se levarmos em consideração que existem no Brasil 60 mil "curiosas", de acordo com dados do Ministério da Saúde.

O trabalho da ONG, no entanto, não é apenas de treinamento e adequação de métodos de higiene e instrumentalização das parteiras. Além de resgatar um conhecimento milenar que elas possuem, o CAIS procura desenvolver uma consciência de classe e gênero, a partir de uma metodologia inovadora e multidisciplinar.

Como 85% das parteiras tradicionais são analfabetas, informações sobre reprodução e aparelho sexual, doenças sexualmente transmissíveis e pré e pós-natal são repassadas através de teatro, vídeos, massagens, relaxamento, modelagem em argila e outras técnicas áudio-visuais.

Nessas aulas de capacitação, assuntos como associações de parteiras, conhecimento do próprio corpo, sexualidade, respeito pela mulher enquanto ser social, produtivo e transformador da sociedade ganham uma especial atenção.

No trabalho com as parteiras, busca-se resgatar o papel delas como profissionais, merecedoras de reconhecimento, respeito e também de remuneração pelo SUS, o que vem sendo uma batalha constante.

Como uma forma de visibilizá-las para a sociedade, tirando-as do anonimato e do estigma de trabalho benemérito, o CAIS criou em 1996 a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais.

Através da Rede, parteiras de diversas localidades trabalhadas pelo CAIS, 93 municípios no total, e as que ainda esperam capacitação podem se integrar, fortalecendo a categoria na implantação de associações. Hoje, existem 23 espalhadas em todo o País.

Esse ano o CAIS também passou a coordenar, a nível estadual, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, o que dá subsídios para se discutir a questão de gênero junto às parteiras.

CFEMEA LANÇA CAMPANHA PUBLICITÁRIA

No dia 17 de setembro foi lançada, em São Paulo, a campanha publicitária do CFEMEA "Direitos das Mulheres" numa festa realizada na Cervejaria Dado Bier,

no bairro Itaim Bibi, onde compareceram atrizes, modelos, feministas como Sueli Carneiro e Nilza Iraci do Geledés, Silvia Pimentel do CLADEM, e políticos como os deputados federais Eduardo Jorge (PT-SP), Marta Suplicy (PT-SP) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP). A coordenadora de Comunicação Social da Rede Nacional Feminista de

Saúde, Jacira Melo, comentou que é fundamental divulgar a campanha num espaço público, que reúna pessoas que não só pertençam ao Movimento de Mulheres. "Boas idéias sempre tivemos. O importante agora é passar nossa mensagem para um público diferenciado", argumentou.

A atriz Ingra Liberato disse que se sentiu

compromissada a participar da campanha como uma forma de alertar as mulheres sobre os seus direitos. "Precisamos conhecer os nossos valores e o valor da nossa diferença. Ainda

precisamos trabalhar muito". Quem também vestiu a camiseta da campanha foi a cantora Baby Consuelo. Ela criticou a discriminação da mulher no âmbito do poder legislativo onde a representatividade entre os sexos é desproporcional.

As camisetas da campanha com os dizeres "Direitos das Mulheres" escrito em 8 idiomas já começaram a ser vendidas. O vídeo da campanha já está sendo

veiculado em algumas emissoras de televisão. A idéia do CFEMEA é popularizar cada vez mais a campanha dos Direitos Humanos das Mulheres. Para isto disponibilizou às organizações interessadas uma exposição de 9 cartazes sobre os Direitos das Mulheres, e está traçando outras estratégias de divulgação.



Arquivo CFEMEA

II REUNIÃO DE COORDENAÇÃO AMPLIADA DO MAMA

Reuniram-se para a II Reunião de Coordenação Ampliada do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA, no período de 25 a 27 de setembro - Rio Branco/Acre, mulheres trabalhadoras da floresta e lideranças femininas de diversas organizações sociais da Amazônia, impulsionando um movimento de troca, discussões e elaboração do I Encontro Internacional de Mulheres da floresta previsto para acontecer de 13 a 17 de dezembro em Rio Branco - Acre.

No processo de construção do Encontro estiveram presentes a Secretaria Executiva do MAMA, as assessorias de organizações não governamentais, assessorias acadêmicas, lideranças indígenas, trabalhadoras e assessoras convidadas.

Formando um grupo heterogêneo de raças e etnias, levantando bandeiras de luta, sonhos e ideais essas mulheres se uniram, cantaram e buscaram novas relações de igualdade com ousadia e desejos. Na bagagem trouxeram a trajetória de experiências e sabedoria. Pensando no futuro e no Encontro Internacional discutiram o tema central: "Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento" ligados aos subtemas relacionados: "Saúde da Mulher", "Violência Contra a Mulher", "Desenvolvimento Sustentável", e "Organização e Poder das Mulheres da Floresta".

As discussões principais estiveram centradas, além da definição dos temas a serem abordados no Encontro, na elaboração do Diagnóstico, na realização dos Pré-MAMA nos Estados e na definição e critérios de participação.

As mulheres da floresta trouxeram imagens fotográficas de suas reuniões, artesanatos e produtos típicos. O intercâmbio cultural criado durante a II reunião foi uma mostra de culto à tradição milenar indígena, produtos criados com elementos naturais da floresta amazônica. Com destaque as peças produzidas pelas índias Satare Mawé do Alto Rio Solimões e índias Apurinã da região de Boca do Acre. As quebraadeiras de Côco expuseram sabonetes, óleos, farinhas e demais peças feitas a partir do côco do babaçu. O MAMA exibiu sua trajetória através de fotografias: imagens do nascimento do Movimento até os dias de hoje.

Luz para o Diagnóstico

As trabalhadoras da floresta mantiveram a necessidade de realizar o Diagnóstico pensado e construído de forma coletiva e participativa dos estados. "Não vai ser um rosto, mas várias faces. O retrato de uma

realidade tão ampla e diversificada das várias etnias e raças de mulheres, compondo as várias facetas de uma Amazônia plural e distinta." As trabalhadoras da floresta querem ainda que o Diagnóstico ajude a reivindicar e fundamentar as ações de políticas públicas.

Visita especial da Senadora Marina Silva

A senadora Marina Silva (PT-AC), marcou presença na reunião parabenizando a iniciativa do MAMA, a representatividade dos vários estados e, mais uma vez, se colocou à disposição do MAMA como mulher e como pessoa pública. "O encontro preparatório para a Conferência de Beijing constatou que a gente não tinha uma articulação a nível de regiões e países da Amazônia. A gente criou a partir dessa ausência algo que é fantástico, juntar as experiências dos movimentos de mulheres da Amazônia e criar essa articulação dentro de um nada que é um espaço em que tudo pode acontecer".

Reverendo velhas amigas, emoção e lágrimas.

Ana Lange/MMA fez a exposição do Programa Amazônia Solidária, ressaltando que este programa foi criado com o advento da nova lei da borracha que diz ser necessário dar assistência à saúde e educação aos seringueiros. A emenda parlamentar da senadora Marina Silva solicitando a compra da borracha evoluiu para a criação deste programa que prevê a liberação rápida de 11 milhões para a compra, modernização e assistência técnica para o extrativismo. O Presidente da República assinou o Decreto em tempo recorde mas até hoje ainda não houve a liberação desse recurso. "Não temos previsão da liberação desse recurso, o dinheiro previsto ainda é virtual".

A Força da Mulher Quebraadeira de Côco

D. Raimunda - Coordenadora da Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Extrativismo do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros)-emocionou-se enquanto entoou a cantiga que diz no refrão "Essa luta não é tão fácil mas vai ter que acontecer, a mulher organizada tem que chegar ao poder... a mulher nasceu pra ser pelo homem bem amada, ser amiga e companheira não para ser discriminada, sem a mulher neste mundo seria triste demais não nascia gente nova e o mundo não tinha paz... a mulher organizada tem que chegar ao poder.



Decisões da Plenária

A tarefa da Coordenação do Encontro se dará na organização e estrutura geral, elaboração da metodologia que contará com o apoio das entidades promotoras do MAMA, programação cultural, comunicação e mídia, infraestrutura e coordenação do diagnóstico sobre as realidades das mulheres da floresta e mobilização nos estados.

Decidiu-se que a representação dos países se dará em três vagas para cada país, sendo duas mulheres e uma assessora. No entanto como Peru e Bolívia fazem fronteira com o Acre e tem mais facilidade de acesso e comunicação a participação fica aberta para até 05 participantes. Vanete Almeida - MMTR/NE se dispôs a realizar a articulação e mobilização nos países amazônicos: Equador e Venezuela e acionar contatos no Peru e Bolívia.

As vagas para os estados devem ser distribuídas contemplando as várias raças, etnias, e categorias de mulheres da floresta. A participação de assessorias fica restrita a três por estado. Amapá 05, Acre 20, Amazonas 10, Mato Grosso 10, Pará 10, Rondônia 10, Roraima 10, Tocantins 10, Maranhão 10.

A Secretaria Executiva do MAMA agradece a todas as participantes, trabalhadoras da floresta, as convidadas Rosineide Cordeiro, Mara Vidal, Teresinha Mansur, Vanete Almeida, Jane Beltrão, Ivete Lourenço pela fundamental contribuição como assessoras especialmente convidadas. Agradece também a Henrique Pinto Dias como assessor do MAMA e a toda a imprensa brasileira.

Para obter informações sobre o I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta - conecte com mama@mdnet.com.br ou pelo tel. (068) 223-6418.

Coordenação de Comunicação do
MAMA Nicole Algranti



CDH vai debater violência intra-familiar

*Guacira César de Oliveira
Dyana Yzabel Azevedo Dias*

Quais são as iniciativas que o Poder Legislativo poderia adotar para combater a violência doméstica? Quando se fala em Congresso, pensa-se logo em leis. Será que uma nova legislação teria um impacto significativo na resolução deste grave problema? Que características esta norma legal deveria ter? Que outros mecanismos legais se poderia acionar? E quais seriam os mecanismos sociais possíveis? Quais ações, dada as diferentes competências estabelecidas constitucionalmente, poderiam ser tomadas pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Judiciário e ainda pelo Ministério Público para encarar este problema? E como articulá-las para potencializar os esforços no sentido da prevenção, punição e eliminação deste tipo de violência?

“Os direitos humanos das mulheres e a violência intrafamiliar”, este é o tema do Seminário que se realizará no dia 24 de novembro, promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, para tentar responder algumas dessas questões. Do debate entre personalidades do Judiciário, de Defensoria Pública, Delegacia de Polícia, do serviço de saúde, dos meios de comunicação, do Executivo, do próprio Legislativo e do movimento de mulheres, espera-se que sejam apontadas algumas alternativas para o enfrentamento da questão.

No ano em que se comemora o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que a nossa Constituição completa 10 anos, e passados 5 anos da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, este é um problema que não poderia passar em branco, especialmente na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, pois em 1958 a Declaração Universal já afirmava que “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”. Em 1988, o texto constitucional promulgado rezava que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito

de suas relações”. A Conferência de Viena, por sua vez, reconhecia, em 1993, que os direitos das mulheres são direitos humanos.

No Congresso Nacional, o assunto há muito vem sendo discutido. Em 1992, na Câmara dos Deputados, foram apresentados os primeiros projetos de lei dirigidos especificamente ao combate da violência doméstica, atacando a questão no campo do direito penal e civil. De autoria da então deputada Maria Luíza Fontenelle, estas proposições, por força do Regimento Interno da Câmara, foram arquivadas ao final do seu mandato.

Em 1995, estes projetos foram reapresentados na Câmara, pelas Deputadas Maria Laura (PT-DF) e Marta Suplicy (PT-SP), e no Senado, pela Senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Em 1998, a Deputada Maria Laura retirou o projeto antigo e apresentou uma proposta aperfeiçoada. Contudo, as medidas preventivas, que são de fato as mais eficazes nestes casos, em sua quase totalidade, não podem ser apresentadas por parlamentares. Isto porque a Constituição estabelece que é vedado ao Legislativo a apresentação de proposição que implique gastos para os outros Poderes, e para se criar estruturas, estabelecer serviços quase sempre tem que se fazer despesas.

Existem ainda outros dois projetos de lei em tramitação que atacam diretamente o problema: o que trata do atendimento às vítimas de violência sexual, de autoria do Deputado José Pinotti (PSB-SP) e o que criminaliza o estupro de esposa ou companheira, de autoria do Deputado José Fortunatti (PT-RS).

No Legislativo, além dos projetos em tramitação, a Comissão de Direitos Humanos foi responsável pela apresentação de duas emendas ao Orçamento da União, uma para o ano de 1997 e outra para o de 1998, introduzindo uma rubrica para as Casas-Abrigo às Mulheres em Situação de Violência. A última delas foi aprovada pelo Congresso Nacional e sua efetividade demonstra-se na viabilização de algumas Casas no decorrer deste ano.

Outras iniciativas da Comissão de Direitos Humanos neste campo mere-

cem destaque como as Audiências Públicas sobre violência doméstica, das quais citamos duas: a primeira tomou o depoimento de Maria do Carmo de Carvalho – um caso de crime impune, ocorrido no Pernambuco, há mais de 20 anos, que estava ameaçado de prescrição. A segunda, tratou da violência contra a mulher e do papel da imprensa escrita na divulgação e formação da consciência popular, oportunidade em que foi lançado o livro “Primavera já Partiu”, editado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos.

A promoção do Seminário, no dia 24 de novembro, pela Comissão e Direitos Humanos, advém de decisão da III Conferência Nacional de Direitos Humanos, que dedicou atenção especial ao problema, somando-se a vários esforços em níveis nacional e internacional neste sentido, entre os quais destacamos: os 16 Dias de Ativismo pelos Direitos Humanos das Mulheres, que terão início no dia 25 de novembro (Dia Internacional de Combate à Violência Doméstica e Sexual) e irão até 10 de dezembro (Data do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos); a Campanha das Nações Unidas pelos Direitos Humanos das Mulheres; a Campanha Nacional “Uma vida sem violência é um direito nosso”, coordenada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e pelo Sistema das Nações Unidas no Brasil.

Este Seminário, uma promoção da CDH, está sendo organizado por ONGs feministas (CEPIA, CFEMEA, CLADEM e THEMIS), e vem buscando a colaboração de outras organizações que estudam e têm experiências concretas nesta questão. Se você tem interesse e disponibilidade para somar-se à esta iniciativa coletiva, visite a home page do CFEMEA (<http://www.tba.com.br/pages/cfemea>, na sessão biblioteca) e envie suas sugestões. Qualquer dúvida nos contate. ☒

Guacira César de Oliveira – socióloga e membro do colegiado do CFEMEA.

Dyana Yzabel Azevedo Dias – advogada e assessora parlamentar do CFEMEA.





Sou cidadã, conheço meus direitos

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – MEDIDAS JUDICIAIS

A nossa Constituição Federal estabelece algumas medidas judiciais para que pessoas maiores e capazes, possam garantir direitos ameaçados. Essas medidas judiciais são ações – ou reclamações – dos cidadãos à Justiça.

As principais ações de ordem constitucional, que a cidadã pode utilizar, através de um advogado, são as seguintes:

Mandado de Segurança – É o instrumento que serve para reparar abuso de poder ou ilegalidade praticados por autoridade do Governo.

Habeas Corpus – serve para proteger o direito de liberdade de ir e vir dos cidadãos. É a única das ações que não necessita, obrigatoriamente, de advogado.

Habeas Data – serve para assegurar o conhecimento de informações ou retificação de dados que estejam registrados em repartições públicas em nome da cidadã.

Mandado de Injunção – serve para garantir os direitos previstos na Constituição. A cidadã pode requerer ao Supremo Tribunal Federal, através de um advogado, que a Constituição seja cumprida, nas questões referentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania, quando ainda não existe uma lei regulamentando estas questões.

Ação Popular – serve para solicitar anulação de atos que possam causar prejuízo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

Além dessas ações estabelecidas na própria Constituição e que são os instrumentos de garantia dos direitos fundamentais do cidadão, existem outras, de natureza civil, penal, trabalhista etc., que são regulamentadas na legislação ordinária.

A maioria das medidas judiciais são feitas através de advogado e podem ser reclamados ou denunciados atos que prejudiquem a população ou o meio ambiente, tais como:

- não atendimento ou atendimento precário em caso de doença;
- falta de vaga em escola fundamental;
- destruição da natureza;
- discriminação a grupos ou pessoas (negros,

índios, pobres, velhos, crianças, homossexuais etc.);

- falta de moradia;
- falta de transporte coletivo;
- falta de segurança etc.

As reclamações ou denúncias podem ser feitas às seguintes pessoas, entre outras:

- vereadores, deputados, senadores;
- prefeitos, governadores, Presidente da República;
- secretários de municípios, estados ou ministros;
- diretores de colégio, hospital etc;
- sindicatos;
- delegacia regional do trabalho;
- organizações não governamentais;
- Ministério Público: promotores de justiça e procuradores;
- Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCOM.

JUIZADOS ESPECIAIS

A Constituição Federal assegura a criação de Juizados Especiais para julgar e fazer executar causas cíveis e resolver questões de infrações penais, menos graves. O processo deve ser simples, informal, econômico e rápido. Deve também procurar sempre a conciliação das partes ou a transação.

Causas cíveis que podem ser levadas ao Juizado Especial

Questões cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo; questões de qualquer valor que versem, entre outras, sobre arrendamento rural e de parceria agrícola, acidente de trânsito, brigas relacionadas com prédios e condomínios; ação de despejo para uso próprio.

Toda pessoa maior de 18 anos e capaz pode recorrer ao Juizado Especial, com exceção de pessoas presas.

Não podem ser levadas ao Juizado Especial ação de alimentos, falência, cobrança de impostos e acidente de trabalho.

A C O N T E C E

Poesias lésbicas

Como um dos grupos mais atuantes ao nível de Direitos Humanos dos Homossexuais, da comunidade lésbica no país e no mundo, o GLB – Grupo Lésbico da Bahia – abriu inscrições gratuitas para o I Concurso de Poesias Lésbicas Eróticas.

Com esta iniciativa, o grupo objetivava uma maior visibilidade das artes de Safo, poetisa grega que viveu na ilha de Lesbos – Grécia –, no ano VI a.C. aproximadamente, e que tinha uma escola só para mulheres, onde ensinava-lhes as artes da poesia e do amor que “não ou-sava dizer o nome”.

Várias são as poetisas na atualidade que só escrevem sobre este tema, po-

rém são pouco conhecidas, até mesmo por uma questão da contracultura da poesia, somando-se a isso a lesbofobia e o preconceito, temos aí o sinal da obscuridade poética deste tema, que é po-



mulher empres nº 157

rém tão vasto como o brilho do Sol.

Dentre estas, está a poetisa Sáfica Sandra Terra, falecida em 1977, que entre outros escreveu o livro de poesia “Memórias de um Poeta em Tempo de Guerra”, leitura obrigatória para as amantes dos poetas lésbicos.

Serão distribuídos prêmios as três primeiras colocadas, e as dez primeiras poesias selecionadas serão publicadas em livreto, produzido pelo GLB – Grupo Lésbico da Bahia.

Maiores informações pelo telefone (071)321-1848 ou 322-2552, ou na Rua Frei Vicente, 24, Pelourinho, Salvador-Bahia, CEP 40030-250, com Jane Pantel ou Zora.

Homens, masculinidades

A Fundação Carlos Chagas anuncia novo programa de dotações para pesquisa sobre direitos reprodutivos na América Latina e no Caribe. As linhas de pesquisa contemplam o estudo multidisciplinar das relações de gênero, classe, raça/etnia e idade. As pesquisas deverão ser desenvolvidas durante 12 meses. O limite máximo de dotação para cada projeto aprovado será de US\$ 14.000,00 (quatorze mil dólares). Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, residentes em país da América Latina ou Caribe pode concorrer com projetos a serem desenvolvidos no país de sua residência. O prazo para envio de propostas termina em 30 de outubro. Maiores informações pelo telefone (011)813-4511 ou pelo fax (011)813-1059.

Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos

O Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos é um programa de bolsas individuais que integra a área de população. O Fundo prevê a concessão de bolsas para um período de um a, no máximo, dois anos. Cada bolsista recebe, anualmente, US\$ 24.000,00 para o desenvolvimento do projeto. O FCDP está incentivando os candidatos das áreas de Direito, Comunicação e Mídia e permanece também aberto a candidatos ligados aos diferentes movimentos sociais, ONGs, programas de ação comunitária, instituições de pesquisa e ensino, políticas públicas e profissionais liberais.

Os candidatos poderão obter os formulários de pré-proposta junto à Coordenação do Fundo e da Área de População da Fundação MacArthur no Brasil. O formulário não poderá ser preenchido à mão e deverá ser enviado pelo correio junto com outras seis cópias até 10 de novembro. Não



mulher empres nº 157

serão aceitas pré-propostas enviadas por fax, e-mail, entregues pessoalmente ou após o prazo.

O resultado da primeira etapa do concurso será divulgado até o final de dezembro em carta endereçada ao candidato. O início do período de vigência da bolsa é setembro de 1999. Toda a documentação enviada fará parte do arquivo da Área de População.

Maiores informações pelo telefone (011)3061-1316 ou pelo fax (011)280-0548.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília-DF - Brasil

Fêmea

IMPRESSO

